

Riscos, Sociedade e Desastres: Incremento dos Processos, Aumento da Exposição ou Artifício Estatístico?

J.L. Zêzere

RISKam, Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa

Ao contrário do que seria desejável, o crescimento económico e o desenvolvimento tecnológico verificados no decurso do século XX e no início do século XXI não foram acompanhados pela redução da ocorrência de desastres naturais, entendidos como interrupções sérias da funcionalidade das comunidades, na sequência de um evento natural perigoso, responsável por perdas humanas, materiais ou ambientais significativas, que excedem a capacidade da comunidade afectada em recuperar com base nos seus próprios recursos (ISDR, 2004).

Esta constatação resulta grandemente da leitura dos dados registados e divulgados pela EM-DAT, que corresponde à base de dados de desastres de referência mundial. De acordo com a EM-DAT (2013), registaram-se mais de 12.000 desastres naturais no mundo, no período 1900-2012, sendo que mais de 86% ter-se-ão verificado após 1974. Adicionalmente, o número médio anual de desastres terá incrementado quase 4 vezes, entre 1974 e 2012, denunciando uma tendência de crescimento marcadamente exponencial.

As razões que justificam o aumento exponencial dos desastres naturais nas últimas décadas têm sido objecto de amplo debate pela comunidade científica. No caso dos eventos climáticos e hidrológicos extremos (e.g., secas, tempestades, cheias) o incremento das ocorrências pode estar relacionado com o aumento da frequência e magnitude dos fenómenos naturais envolvidos, como consequência directa das alterações climáticas (Dore, 2000; Parry et al., 2007). No entanto, o aumento no número de desastres tem-se verificado igualmente no caso dos fenómenos ligados à geodinâmica interna (Alcántara-Ayala, 2002) e não há evidência de qualquer incremento na actividade dos fenómenos naturais envolvidos (e.g. sismos, tsunamis, erupções vulcânicas). Deste modo, é lícito associar o incremento dos desastres com o incremento da exposição e da vulnerabilidade, decorrente de opções desajustadas em termos de ordenamento do território, nomeadamente junto das grandes aglomerações urbanas e nas áreas litorais (McInnes, 2006; Hervás, 2007).

Recentemente, o Projecto Disaster mostrou que a distribuição temporal dos desastres de origem hidro-geomorfológica em Portugal se afasta bastante da tendência exponencial indicada pela EM-DAT, colocando em questão a validade daqueles dados no caso português.

Adicionalmente, pretendem-se discutir nesta mesa redonda os seguintes aspectos:

Com ou sem mudança climática, qual é a robustez dos dados de base que sustentam as políticas públicas de prevenção e mitigação de risco em Portugal?

O processo de análise de risco envolve, por definição, uma incerteza elevada, a qual tem tendência a incrementar num contexto de alteração do clima. Como se deve transmitir essa incerteza aos stakeholders?

Referências

Alcántara-Ayala, I., 2002. Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention of natural disasters in developing countries. *Geomorphology*, 47: 107-124.

Dore, M.; Etkin, D., 2000. The importance of measuring the social costs of natural disasters at a time of climate change. *Australian Journal of Emergency Management*, 15 (3): 46-51.

EM-DAT: The OFDA/CRED International Disaster Database – www.emdat.be – Université Catholique de Louvain – Brussels – Belgium.

Hervás, J. (Ed.), 2003. Lessons Learnt from Landslides Disasters in Europe. Nadies Project, Joint Research Centre, European Commission.

ISDR, 2009. The UNISDR Terminology on Disaster Risk Reduction, United Nations, Geneva.

McInnes, R., 2006. Responding to the Risks from Climate Change in Coastal Zones. A good practice guide. LIFE Environment project 'Response' - 'Responding to the risks from climate change'.

Parry, M.; Canziani, O.; Palutikof, J.; Linden, P.; Hanson, C. (Eds.), 2007. *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Cambridge University Press.